CONTROLE INTERNO

Parecer de Regularidade Nº 268/2016

O(A) Sr.(a) Domingos Anchieta de Paula Lopes, responsável pelo Controle Interno da Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém, nomeado nos termos da Portaria 0378/2014-SeMOB de 12 de maio de 2014, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, que analisou integralmente o Processo Administrativo nº 1614699/2016 – referente à prestação de serviço de natureza continuada de vigilância armada, para execução dos serviços na dependência da SeMOB, através da empresa POLO SEGURANÇA ESPECIALIZADA LTDA. em conformidade ao processo de Adesão à Ata de Registro de Preços08/2016-SeMOB e à legislação pertinente, com vigência a partir da assinatura do contrato, por um período de 06 (seis) meses, cuja despesa orçada é de R\$ 16.474,52 mensal e valor semestral de R\$98.847,12, prevista no orçamento geral desta Autarquia, restando, portanto, o ato de assinatura do contrato pela Senhora Superintendente da Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém – SeMOB e do representante da referida empresa, com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra:

(x) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

() Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no parecer de controle interno, encaminhado como anexo.

() Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no Parecer de Controle Interno, encaminhado como anexo.

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Belém/PA, 08 de julho de 2016.

Domíngos Anchieta de Paula Lopes

Controlador Interno/DG/SeMOB

Mat. Nº 03788585-010